

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 547.666 - DF (2019/0352398-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : FELIPE SANTIAGO PINHEIRO FONSECA
ADVOGADO : FELIPE SANTIAGO PINHEIRO FONSECA - DF039339
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS
PACIENTE : ISRAEL CARVALHO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INSURGÊNCIA QUANTO À PRISÃO PREVENTIVA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTO ESSENCIAL À ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ISRAEL CARVALHO DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios na Apelação Criminal n.º 20191010024875.

Consta dos autos que o Paciente, em 30/05/2019, foi condenado pelo Tribunal do Juri à pena de 21 (vinte e um) anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime tipificado no art. 121, § 2.º, incisos I e IV, do Código Penal, sendo-lhe negado o direito de recorrer em liberdade (fls. 36-38).

Consoante se extrai do aresto atacado, a Defesa interpôs apelação, alegando que a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos e pleiteando a revisão da pena.

O Tribunal *a quo* negou provimento ao recurso defensivo, em acórdão assim ementado (fl. 39):

"PENAL E PROCESSUAL. TRIBUNAL DO JÚRI. RÉU CONDENADO POR HOMICÍDIO QUALIFICADO. TERMO DE APELAÇÃO QUE INVOCA O ARTIGO 593, INCISO III, ALÍNEA 'd', DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, DELIMITANDO O CONHECIMENTO DO RECURSO. SENTENÇA CONFIRMADA.

1 Réu condenado por infringir o artigo 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal, depois de matar a tiros o amante da mulher de seu amigo e comparsa, surpreendendo-o quando saía de casa.

Superior Tribunal de Justiça

2 Se o réu foi beneficiado em julgamento anterior, mas o veredicto foi reputado manifestamente contrário às provas dos autos, não pode no segundo julgamento, pelo qual veio a ser condenado recorrer pelo mesmo fundamento.

3 Apelação não provida."

Neste writ, a Defesa aduz, inicialmente, que o Tribunal *a quo* "não apreciou o pedido para que o paciente respondesse em liberdade" (fl. 9).

Prossegue afirmando que: **a)** a prisão preventiva do Paciente mostrou-se desarrazoada e desproporcional (fl. 10); **b)** o Supremo Tribunal Federal, "em julgamento realizado no dia 07 de novembro de 2019, deu provimento às Ações Declaratórias de Constitucionalidade número 43, 44 E 54 e passou a reconhecer a constitucionalidade do artigo 283 do CPP" (fl. 11); e **c)** o Paciente teria colaborado "com a instrução criminal desde o ano de 2011 sem nunca ter se ausentado do distrito da culpa" (fl. 12), aduzindo, ainda, que "[o]s elementos dos autos levam a conclusão que a prisão do acusado, Israel se efetivou sem observância dos requisitos imprescindíveis e indispensáveis para sua perfeita caracterização" (fl. 12).

Requer a concessão de liminar para que o Paciente seja posto em liberdade (fl. 4). No mérito, pleiteia a confirmação da liminar "para deferir a Ordem de Habeas Corpus para ISRAEL CARVALHO DA SILVA restabelecendo sua liberdade com determinação de expedição de imediato do competente alvará de soltura" (fl. 15).

É o relatório.

Decido.

Consoante se depreende do aresto atacado, a Defesa interpôs apelação perante a Corte *a quo* "com base no artigo 593, inciso III, alínea 'd', do Código de Processo Penal (folha 732), alegando que a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos e pede revisão da pena" (fl. 41).

Como se vê, a controvérsia suscitada nas razões da presente impetração, concernente ao pleito de liberdade provisória, não foi submetida à análise do Tribunal *a quo*, que, assim, não se manifestou sobre a questão, o que impede a análise do tema por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância.

Observe-se, ainda, que, segundo alega a Defesa, "[o] v. Acórdão preferido

Superior Tribunal de Justiça

quando da análise da Apelação 20191010024875APR não apreciou o pedido para que o paciente respondesse em liberdade" (fl. 9).

Contudo, verifico não ser possível analisar a viabilidade do pleito deduzido, diante da instrução deficitária do *writ*, visto que a Parte Impetrante não acostou aos autos cópia da peça processual que comprove o alegado na inicial – **cópia do recurso voluntário interposto** –, o que inviabiliza a análise do constrangimento ilegal alegado.

Como se sabe, **compete à Defesa narrar e instruir completa e adequadamente o *habeas corpus* (ou seu respectivo recurso).**

Dessa forma, como a Defesa não se desincumbiu do ônus de formar adequadamente os autos, olvidando-se de que o *habeas corpus* "*pressupõe prova pré-constituída do direito alegado*" (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 28/06/2018), não há como apreciar o mérito do *writ*.

No mesmo sentido: HC n.º 508.081/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.614/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.591/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 08/05/2019; e HC n.º 507.828/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe 08/05/2019.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora